

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.653 - PR (2018/0257549-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **JULIO XAVIER VIANNA JUNIOR**
ADVOGADOS : **IVAN XAVIER VIANNA FILHO - PR022368**
 THIAGO RAMOS LEANDRO - PR088094
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**
CURADOR : **GARRONE RECK**

EMENTA

RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO RIQUIXÁ. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ART. 2º, CAPUT E § 4º, II, DA LEI N. 12.850/2013. ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DO LOCAL DO CRIME. APLICAÇÃO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 72 DO CPP. CONEXÃO DO FEITO COM AÇÃO PENAL ANTERIOR. ART. 76 DO CPP. PRECEDENTE.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Julio Xavier Vianna Junior** contra o acórdão proferido pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, que, nos autos do HC n. 0020082-07.2018.8.16.0000, denegou a ordem, mantendo a competência para apreciação da Ação Penal n. 0004080-97.2017.8.16.0031 no Juízo de Guarapuava/PR, conforme os termos da seguinte ementa (fl. 355):

HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO DENOMINADA "RIQUIXÁ". ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ARTIGO 2º, CAPUT E § 4º, INCISO II, DA LEI N. 12.850/2013. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. IMPROCEDENTE. INSURGÊNCIA. DESCONHECIMENTO DO *LOCUS DELICTI*. COMPETÊNCIA PELO DOMICÍLIO OU RESIDÊNCIA DO RÉU, NO CASO EM CURITIBA. *IN* ACOLHIMENTO. DECISÕES PROFERIDAS NAS MEDIDAS CAUTELARES RELATIVAS À OPERAÇÃO "RIQUIXÁ". CRITÉRIO DA PREVENÇÃO EM RAZÃO DA CONEXÃO/CONTINÊNCIA. ARTIGO 76 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AVENTADA NULIDADE. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO PACIENTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*. ARTIGO 563 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

Posteriormente ainda foram apresentados embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo órgão coator (fls. 391/396).

O recorrente narra, em síntese, que a denúncia imputou a ele e a outros corréus a prática, em tese, do crime de organização criminosa, silenciando-se quanto ao local da referida associação.

Alega que o Código de Processo Penal, em seus arts. 70, 72 e 76, estabelece que a competência por prevenção é subsidiária para a modificação de competência, aplicando-se quando foram ignorados tanto o local dos fatos quanto do domicílio dos réus (fls. 413/414). Aduz que, ignorado o lugar do crime, mas conhecidos os domicílios dos réus, não incide a regra do art. 83 do Código de Processo Penal (fl. 416).

Sustenta que, em casos de violação do princípio do juiz natural, o prejuízo é presumido e inafastável, tendo em vista o direito de ser processado perante a autoridade com competência, o que exclui qualquer outra.

Argumenta que a regra de definição da prevenção é modificativa da competência e incide apenas nos caso de inexistência de elementos para determinação do *locus delicti* ou para identificação do domicílio do réu.

Pede o provimento do recurso ordinário pelos termos declinados (fls. 408/420).

É o relatório.

O recorrente pretende o reconhecimento de nulidade por violação do princípio do juiz natural, devendo ser aplicada a regra de competência do art. 72 do Código de Processo Penal.

A questão foi tratada da seguinte maneira pelo Tribunal local (fls. 360/361 – grifo nosso):

In casu, verifica-se que, as investigações referente ao envolvimento do paciente na organização criminosa, das quais atuam em vários Municípios do Estado do Paraná, teve início na Comarca de Guarapuava/PR. Ou seja, verifica-se que o presente caso é conexo com a ação penal n.º 10092-64.2016.8.16.0031, e com as medidas investigatórias sobre organizações criminosas (Operação Riquixá) Autos n.º 9992-17.2013.8.16.0031, 551-07.2016.8.16.0031, 2480- 75.2016.8.16.0031 e 14.411-75.2016.8.16.0031.

A propósito, vejamos o que estatui o artigo 76, inciso III do Código de Processo Penal:

[...]

Assim, ao contrário dos argumentos apresentados pelos impetrantes, o Juízo de Guarapuava é prevento para julgar a denúncia oferecida pelo órgão ministerial contra o paciente, ou seja, para analisar a questão referente a "Operação Riquixá" e seus desdobramentos. Isso porque, como já repisado em sede liminar, o paciente foi denunciado pelos delitos, em tese, praticados de fraude à licitação e associação criminosa, por fatos redundantes em relação as investigações referentes às condutas apuradas na referida Operação.

Ora, as provas colhidas na Operação "Riquixá" influi diretamente nas provas destes autos, o que demonstra a competência do Juízo de Guarapuava/PR para processar e julgar a ação, em razão da conexão - restando, portanto, evidente que a prevenção se deu em razão da prática de medidas investigativas anteriores, as quais foram determinadas pelo Juízo de Guarapuava que é competente para apurar os desdobramentos da "Operação Riquixá", tanto que há relação entre as medidas investigatórias anteriormente decretadas, com os crimes que ora se imputa ao paciente.

Ainda, sequer se cogita nulidade processual ou mesmo irregularidade, na medida em que não restou demonstrado qualquer prejuízo concreto; e muito menos pode-se afastar a regra processual de fixação da competência pela autoridade preventa, a qual determinou medidas investigatórias no presente procedimento oriundo das investigações relacionadas à "Operação Riquixá".

Não assiste razão ao recorrente.

É que a competência do Juízo de Guarapuava/PR não foi fixada em razão da prevenção, mas em razão de conexão, causa modificativa de competência.

A regra no processo penal é que o crime seja julgado no foro do local onde se consumar a infração penal – art. 70 do Código de Processo Penal –, aplicando-se subsidiariamente o foro do domicílio do réu, nos termos do art. 72 do referido diploma legal.

A conexão, como causa modificativa de competência, impõe-se em um segundo momento, após a fixação do Juízo competente. *In casu*, ainda que não se soubesse o local dos fatos, a anterior distribuição da Ação Penal n. 10092-64.2016.8.16.0031 para a comarca de Guarapuava/PR atrai a competência para julgamento da Ação Penal n. 0004080-97.2017.8.16.0031, em questão no presente recurso ordinário, dada a conexão apontada.

Em suporte:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FEITO DESMEMBRADO. CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE JULGOU O PROCESSO PRINCIPAL. LOCAL DO DOMICÍLIO DO

RÉU. IRRELEVÂNCIA.

1. Tratando-se de hipótese de desmembramento, em que é evidente a conexão entre os fatos ora em apuração e aqueles objeto da ação penal primitiva, **a competência para o julgamento do feito desmembrado, conexo com o anterior, é do Juízo que apreciou o processo principal, sendo irrelevante o local do domicílio do réu.**

2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Paraná, o Suscitado.

(CC n. 107.116/RJ, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, DJe 19/3/2010 – grifo nosso).

Importante destacar que o critério da prevenção opera após a fixação da competência territorial e, ainda, em razão da existência de juízos igualmente competentes.

Em resumo, a competência territorial da comarca de Guarapuava/PR foi fixada em razão da conexão, existindo anterior distribuição de processo conexo à 1ª Vara Criminal da mencionada comarca, razão pela qual correta a distribuição da Ação Penal n. 0004080-97.2017.8.16.0031 para a 1ª Vara Criminal.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator